

Janeiro de 2016 Ano 8 Nº 08

Samba em revista

Revista do Museu do Samba



ISSN 2176-4425

08 perfil | **MESTRE ODILON**

Aloy Jupiara

15 novas vozes | **ACIMA DE PORTA-BANDEIRA, SAMBISTA**

Entrevista de Lucinha Nobre a Rachel Valença

20 dossiê temático | **PATRIMÔNIO IMATERIAL E MUSEUS:
REFLEXÕES SOBRE PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO E DE
MUSEALIZAÇÃO VINCULADOS ÀS POLÍTICAS CULTURAIS**

Alice Barboza Sampaio e Elizabete de Castro Mendonça

26 dossiê temático | **UM MUSEU DO EFÊMERO**

Milton Cunha

33 receita | **TRIPA À LOMBEIRA**

34 aconteceu | **ATIVIDADES DO MUSEU DO SAMBA NO ÚLTIMO ANO**

36 artigo | **REFLEXÕES SOBRE OS LUGARES
DO SAMBA NO RIO DE JANEIRO**

Débora Cristina Coutinho

42 artigo | **OS “DESTEMIDOS E INCORRIGÍVEIS UNIDOS
DA TIJUCA”: ESTRATÉGIAS DE ASCENSÃO DAS ESCOLAS
DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO NA DÉCADA DE 1930**

Renata Bulcão

48 artigo | **DESCOLONIZANDO OS TAMBORINS: O GRITO DE
LIBERDADE AFRICANO ECOA NO RIO DE JANEIRO**

Mauro Sérgio de Araújo Farias

52 resenhas | por Luiz Antonio Simas

54 memória | **TRECHO EXTRAÍDO DE DISCURSO DE HAROLDO COSTA**

57 projetos | **#EU SOU SAMBA - PLANEJANDO O MUSEU DO SAMBA**

Gegê Leme Joseph

Samba
em revista

é uma publicação do
Museu do Samba
Rua Visconde de Niterói, 1.296
Mangueira

Edição
Museu do Samba

Jornalista Responsável
Nilcemar Nogueira nº 24992-RJ

Conselho Editorial
Aloy Jupiara, Desirree Reis,
Elizabete Mendonça, Felipe
Trotta, Luiz Antonio Simas,
Nilcemar Nogueira e Rachel
Valença

Revisão
Rachel Valença

Pesquisa
Álea Almeida, Georgie Echeverri
e Vanessa Alves

Acervos
Arquivo Nacional
Museu do Samba
Departamento Cultural
G.R.E.S. Salgueiro

Programação Visual
Marcos Corrêa/Ato Gráfico

Tiragem
1.000 exemplares

Realização



Parceria



Ministério da
Cultura



Patrimônio imaterial e museus:

REFLEXÕES SOBRE PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO E DE MUSEALIZAÇÃO VINCULADOS ÀS POLÍTICAS CULTURAIS¹

Alice Barboza Sampaio

Graduanda em Museologia (UNIRIO)

Elizabete de Castro Mendonça

Bacharel em Museologia (UNIRIO) e doutora em Artes Visuais (UFRJ)



A relação entre materialidade e imaterialidade vinculada ao patrimônio cultural musealizado há décadas é amplamente debatida nas reflexões sobre processos de patrimonialização e musealização. No entanto, a relação entre patrimônio imaterial instituído e museus precisa estar mais presente no bojo das discussões acadêmicas, institucionais e socioculturais. Tal debate mostra-se essencial, porque está associado à reflexão sobre o panorama das políticas públicas para a área da cultura implementadas, pelo menos nos últimos 15 anos, pelo Estado brasileiro. Com base nessa premissa, este texto busca fazer breves apontamentos sobre os processos de musealização² na salvaguarda do patrimônio imaterial, bem como a importância de musealizar um bem cultural já patrimonializado.

1 Este artigo apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado Museu e Programa Nacional de Patrimônio Imaterial: estudo sobre as estratégias de articulação entre os processos de Patrimonialização e de Musealização na criação do Museu do Samba - RJ e não se caracteriza como texto inédito, porque reúne extratos de comunicações e artigos acadêmicos apresentados ao longo da pesquisa e de trabalhos anteriores.

2 Musealização é entendida como processo “que abarca um conjunto de procedimentos vinculados à seleção, aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação e tem o objetivo de atribuir ao objeto função de documento”. (Desvallées; Mairesse, 2010, p. 51)

Patrimônio, patrimônio cultural, patrimônio material e patrimônio imaterial

Para abordar a categoria patrimônio imaterial, relativamente recente e central na reflexão aqui apresentada, é fundamental traçarmos um brevíssimo panorama da noção de patrimônio.

A etimologia da palavra patrimônio resulta da junção de *pater* e *nomos*, remetendo-nos ao sentido de lei, usos e costumes relacionados à origem de uma família, de antepassados ou de uma cidade. É uma categoria complexa, que possui múltiplas dimensões: social, simbólica, econômica, jurídica, cultural. Por esse motivo, torna-se necessário deixar claro em que sentido estamos usando esta categoria.

Restringindo esta reflexão ao universo com que estamos lidando, a categoria patrimônio cultural, o debate não se torna menos complexo, pois vários objetos, construções ou manifestações podem ser incluídos nesta categoria de acordo com o valor que lhes é atribuído pelas pessoas, comunidades, nações ou mesmo pelo conjunto da humanidade. Essa atribuição é construída e transmitida, influenciando o modo de ser e a identidade de indivíduos e de grupos sociais. Além disso, é uma noção carregada de subjetividade, cuja apreensão pode ser feita a partir de diferentes perspectivas, sempre

subordinadas ao ponto de vista de quem fala. Por essa razão, precisa ser sempre relativizada.

A noção clássica de patrimônio cultural, por sua vez, privilegia bens cujo suporte físico expressava claramente sua materialidade, como, por exemplo, construções arquitetônicas, sítios urbanos e naturais ou obras de arte. No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, a Unesco [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura] inicia uma série de debates a respeito da preservação do patrimônio cultural e, simultaneamente, sobre a tolerância e o respeito à diversidade.

Esses debates baseados em uma visão antropológica de cultura passaram a privilegiar também as relações sociais e simbólicas e consolidaram a noção de patrimônio imaterial, entendendo-o como “[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio”. (UNESCO, 2003)

Nesse contexto se estrutura a noção de patrimônio imaterial ou intangível, segundo a qual se privilegiam bens culturais que têm como base não os aspectos materiais, mas os significados simbólicos como celebração, saberes, lugares, formas de expressão. No entanto, em última instância, pode-se afirmar que, para além de ações de políticas públicas, a separação entre objetos ou fenômenos classificados como materiais ou imateriais não existe. Ao contrário, todos manifestam uma complexa articulação entre materialidade e imaterialidade, uma vez que tanto os suportes físicos do patrimônio material são portadores de fortes conteúdos simbólicos quanto o universo dos bens imateriais tem como base suportes físicos. Portanto, todos os patrimônios culturais partilham essa dupla natureza: material ou tangível e imaterial ou intangível. Cabe ressaltar que a diferen-

ça reside apenas no que se refere a uma experiência de política pública para a área da cultura já plenamente consolidada, no caso do patrimônio material, e a outra em processo de consolidação há apenas 15 anos.

Políticas públicas para a área de cultura: a relação entre patrimônio imaterial e museu

Refletindo sobre o panorama histórico das políticas públicas implementadas, atualmente, pelo Estado brasileiro, pode-se dizer que estas compreendem um leque de programas voltados para setores específicos da sociedade. No caso específico da área cultural (especificamente, dos direitos culturais), pode-se dizer que a elaboração de políticas públicas é caracterizada pelas frequentes discussões sobre o papel da cultura, sua relevância socioeconômica e as formas de intervenção promovidas pelo Estado (CALABRE, 2007; FERREIRA, 2009). Lia Calabre (2007) aponta que a área da cultura passou a ter relativa significância e institucionalização efetiva dentro de órgãos do Estado somente no decorrer do século XX. A exemplo da Constituição Federal do Brasil de 1988, que aborda o direito à cultura como um direito fundamental, colocando-o, assim, no mesmo patamar dos chamados direitos sociais, como saúde, educação, alimentação, entre outros. No entanto, ainda de acordo com Calabre (2007: 87), “a elaboração de políticas para o setor, ou seja, a preocupação na preparação e realização de ações de maior alcance, com um caráter perene, datam do século XXI”. É neste contexto que as políticas públicas para a área da cultura, em especial para as áreas de patrimônio imaterial e de museu, nos últimos anos ganharam destaque e apresentam trajetória estritamente relacionada a outras políticas públicas.

No âmbito dessa discussão, foram criados programas voltados para a preservação de bens culturais. Esses programas priorizam projetos de identificação, documenta-



ção, repasse de saberes e disseminação de informação. Como um dos elementos dessa política cultural, no ano 2000 foi promulgado o Decreto 3.551, que criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, visando a promover a valorização de referências culturais de natureza imaterial representativas da diversidade cultural nacional e a determinação do compromisso do Estado no sentido de documentar, produzir conhecimento e apoiar sua continuidade.

No entanto, apesar do PNPI se constituir como um instrumento de política pública federal recente, de apenas 15 anos, é inegável a existência de ações anteriores. No âmbito dessas ações anteriores, a participação dos museus já se mostrava relevante – tanto que a Comissão Brasileira de Folclore estimulava, nos estados, a criação de museus que abordassem essa temática revestida pela compreensão do que poderia ser conceituado à época como folclore e/ou cultura popular.

No contexto pós-elaboração da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (em

2003), a busca pela reafirmação dos museus como espaços de excelência na abordagem do patrimônio imaterial também foi objeto de estudo de alguns autores, a exemplo de Carvalho (2011). Em geral, tais autores abordam os museus como espaços historicamente potenciais para uma abordagem integrada de ações voltadas à valorização, salvaguarda e difusão de referências culturais imateriais que contribuem para a compreensão da sociedade sobre si mesma.

No âmbito do PNPI, como ação de política pública, observa-se a utilização de procedimentos de musealização como instrumento de patrimonialização e de preservação. Estabelecendo um quadro inicial relacionado aos Planos de Salvaguarda executados ou vigentes, pode-se dizer que, dentre os processos de patrimonialização de 29 bens registrados até 2013 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), dez resultaram em ações de cunho museológico, a saber: exposições museológicas (a exemplo dos seguintes bens: Ofício das Panelas de Goiabeiras, Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi, Modo de Fazer Viola-de-Cocho, Ofício das Baianas de Acarajé, Jongo no Sudeste,



Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão, Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido-Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo); espaços expositivos ou museus já existentes beneficiados com novos projetos museográficos (exemplo: Ofício das Baianas de Acarajé e Círio de Nossa Senhora de Nazaré); criação do Museu do Samba, no caso do bem Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido-Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo, e até mesmo ações de repatriação de objetos museológicos referentes às cerimônias sagradas dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri, que estavam sob a guarda do Museu do Índio de Manaus.

Mas... por que musealizar bens culturais já patrimonializados?

A musealização e a patrimonialização são caracterizados por procedimentos e finalidades em comum e estão historicamente vinculados. Musealizar bens culturais já patrimonializados tornou-se historicamente uma ferramenta auxiliadora do processo de patrimonialização. Torna-se então compreensível que mais de 1/3 dos planos de salvaguarda de patrimônio imaterial até 2013

priorizem ações compreendidas como procedimentos de musealização. Lembrando que, na trajetória das políticas públicas direcionadas à área de cultura, tanto o PNPI quanto a Política Nacional de Museus (PNM) têm se consolidado concomitantemente, e a partir disso podem se unir por um objetivo comum de construir ações de salvaguarda. O museu passa, nesse contexto, a ser visto como espaço potencial para uma abordagem integrada de ações voltadas à valorização, salvaguarda e difusão de referências culturais imateriais.

Referências bibliográficas

ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio imaterial e referências culturais. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro: n. 147, p. 129-140, out/dez. 2001.

BRASIL. Decreto Lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 09/08/2014.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, Antonio A. C. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/1/Políticas%20culturais.pdf>. Acesso em 01/07/2013.

CARVALHO, Ana. **Os museus e o patrimônio cultural imaterial**: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas. Lisboa: Edições Colibri; CIDEHUS-Universidade de Évora, 2011.

DESVALÉES, A.; MAIRESSE, F. (Org.). **Key Concepts of Museology**. ICOFOM. 2010. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Museologie_Anglais_BD.pdf>. Acesso em: 22/08/2012.

FERREIRA, Luzia A. Políticas públicas de cultura. In: CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais**: reflexões e ações. Rio de Janeiro: Itaú Cultural/Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. p. 59-68.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc/IPHAN, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C.S. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo S. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus, patrimônio. Rio de Janeiro: Iphan, 2007. (Museu, memória e cidadania).

_____. Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DPA, 2003, p. 22-29.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia – Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, p. 31-50, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222012000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 20/10/2012.

MENDONÇA, E. Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e Museu: apontamentos sobre as estratégias de articulação entre processos de Patrimonialização e Musealização. **Museologia e Interdisciplinaridade**, v. 8, p. 88-106, 2015.

MENDONÇA, E. C.; NOGUEIRA, M. D. **Sistema culinário e patrimônios culturais**: variações sobre o mesmo tema. Série Encontros e estudos – Alimentação e cultura popular. Rio de Janeiro: Funarte/CNFCP, 2002, v. 4, p. 41-50.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. In: RUBIM, Antônio A. Canelas (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007, p. 87-107. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/1/Políticas%20culturais.pdf>>. Acesso em 10/01/2015.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4718>> Acesso em: 28/01/2015.

VIANNA, Letícia; TEIXEIRA, João Gabriel. Patrimônio Imaterial, Performance e Identidade. **Concinnitas**. Rio de Janeiro: Instituto de Artes/UERJ, vol. 1, n. 12, julho de 2008.



